

PLANEJAMENTO URBANO EM SEDES DE MEGAEVENTOS ESPORTIVOS

Sávio Raeder

RESUMO

Muitos são os gestores de grandes centros urbanos que buscam promover o desenvolvimento de suas cidades por meio da implementação de megaeventos esportivos. Versões regionais de eventos multiesportivos, Jogos Olímpicos, além de grandes torneios de futebol figuram entre os megaeventos cobiçados por empreendedores urbanos. Sediar estes Jogos requer um planejamento urbano específico, que considere a espacialidade e temporalidade próprias à organização de um evento datado. Jogos Mundiais Militares (2011), Copa das Confederações (2013), Copa do Mundo (2014) e Jogos Olímpicos de Verão (2016) fazem parte desta agenda brasileira que tem maior destaque para a Cidade do Rio de Janeiro, sede dos Jogos Pan-americanos (2007). Dessa forma, tem-se como objetivo primordial deste trabalho a categorização das intervenções urbanas empreendidas nestas sedes, bem como a formulação de um instrumental de análise que sirva para a compreensão das diversas fases das políticas que viabilizam a realização dos eventos em tela.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo se divide em quatro partes. Na primeira é abordada a relação entre os grandes eventos esportivos e as cidades em uma perspectiva que contextualiza as transformações urbanas promovidas em virtude dos Jogos. Tal perspectiva considera uma breve dimensão histórica dos Jogos Olímpicos à guisa de reconhecimento da crescente complexidade que o tema envolve. Em seguida são realizados alguns apontamentos sobre os fundamentos dos grandes projetos urbanos, considerando que as intervenções no urbanismo olímpico das últimas décadas têm se aproximado cada vez mais desta concepção de desenvolvimento de áreas da cidade. Na terceira parte é discutida a tipologia de análise para o urbanismo olímpico considerando quatro intervenções básicas que o envolve: (1) vila olímpica; (2) estruturas de transporte; (3) reassentamentos de famílias; (4) equipamentos esportivos. Encerra este texto algumas breves considerações acerca das fases de implementação do megaevento esportivo, tema importante para a compreensão mais aprofundada sobre as fases das políticas públicas que concretizam as transformações urbanas nas cidades sedes.

1. MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E A CIDADE

A promoção de eventos tem sido uma das principais estratégias utilizadas pelos gestores urbanos na busca de maior atração de capitais. Esses eventos podem ser de diferentes naturezas, organizados por distintos atores e instituições que desempenham as mais diversas atividades na sociedade. Há uma predileção especial dos gestores empreendedores pelos eventos com repercussão internacional, uma vez que tais eventos poderão conferir uma imagem “mais qualificada” para a cidade sede. Além disso, os eventos internacionais podem significar a circulação de turistas com alto poder aquisitivo, dispostos a consumir os serviços e bens comercializados localmente. Para abrigar estes eventos a cidade sede deve apresentar alguns equipamentos diretamente relacionados com o evento em si, como centro de convenções e hotéis, além de amenidades culturais e uma adequada infra-estrutura de transporte que permita o deslocamento dos participantes do evento. Em relação à temática dos transportes, destacam-se a proximidade de aeroportos, além de outras modalidades que permitam os deslocamentos rápidos e seguros entre os principais locais de circulação dos participantes dos eventos.

Os eventos olímpicos modernos se tornaram gradativamente ao longo destes pouco mais de cem anos de história em oportunidades para a realização de transformações urbanas. É possível mesmo falar hoje de um urbanismo olímpico (Mascarenhas, 2005; Muñoz, 2006) para tratar dos impactos na cidade promovidos pelos vultosos recursos envolvidos na organização dos Jogos. Pequim 2008, Vancouver 2010 e mesmo os Jogos Pan-americanos do Rio de Janeiro 2007, apresentam investimentos eminentemente públicos que são calculados em bilhões de dólares. Parte destes recursos financeiros é utilizada apenas para a realização do espetáculo esportivo em si, sem embargo, outra parte significativa do bolo orçamentário é utilizada na construção de equipamentos e estruturas que conformam o tecido urbano. O ordenamento urbano promovido em virtude dos Jogos pode ser voltado para a recuperação de áreas degradadas, como relata Ester Limonad (2005) a respeito das intervenções em Barcelona: “Em 1992, Barcelona abrigou os Jogos Olímpicos, que implicaram diversas intervenções e na construção do Port Olympic na área de Parc de Mar – com a intenção precípua de recuperar áreas industriais degradadas da cidade contíguas à orla litorânea do Mediterrâneo”.

Andranovich et al. (2001) realizam uma discussão em seu trabalho sobre os GEEs enquanto estratégia de desenvolvimento local em cidades americanas. Tal estratégia, chamada pelos autores de estratégia de megaeventos (*mega-event strategy*), está associada à competição entre cidades por trabalho e capital num contexto de escassez de transferência de recursos do governo central para administrações locais. O uso de eventos para a atração de investimentos não é propriamente uma novidade, no entanto esse recurso passou a ser mais utilizado a partir de mudanças na política urbana e do acirramento da competição global. Reconhece-se que desde os anos 1980 houve um corte dos investimentos do governo central americano nas cidades, o que levou políticos de algumas administrações locais a adotar um posicionamento empreendedor na gestão de seu território, tema tratado anteriormente neste trabalho. Este novo cenário gerou um novo ordenamento urbano voltado para as demandas de corporações, indústrias de alta tecnologia e produtores de serviços cada vez mais sofisticados (Andranovich et al., 2001:114).

Gold e Gold (2007) traçam um panorama histórico das intervenções urbanas realizadas em virtude dos Jogos Olímpicos de Verão. A primeira fase se refere aos primeiros eventos que retomam os Jogos Olímpicos, sendo as três primeiras sedes (Atenas 1896, Paris 1900 e Saint Louis 1904) aquelas que abrigaram os primeiros atletas olímpicos da modernidade. Nestas edições os Jogos contaram com baixos investimentos, havendo poucas intervenções urbanas envolvidas na preparação do evento. A segunda fase indicada pelos autores engloba as sedes do período entre 1908 e 1936. Nessas edições as instalações esportivas ganham relevo e passam a ser o principal objeto dos investimentos urbanos destinados à realização dos Jogos. Ainda neste período se constata o início das Vilas Olímpicas para acomodar os atletas: Paris 1924 teve essa preocupação, contudo apenas em Los Angeles 1932 é que se pode verificar a construção de uma Vila Olímpica de fato. Berlin 1936 sediou a última edição dos Jogos Olímpicos antes da 2ª Grande Guerra Mundial e se destacou pelo forte apelo político do evento conferido pelo partido nazista, bem como pelas grandiosas instalações esportivas construídas.

Terminada a Guerra, os Jogos são retomados com Londres 1948 em uma fase de austeridade nos investimentos que se prolonga até a edição de Melbourne 1956, conforme Gold e Gold (2007). Equipamentos esportivos e vilas olímpicas modestos marcaram estas três edições que sofreram com a restrição orçamentária decorrente dos esforços de recuperação do pós-guerra. Uma nova fase se inicia com Roma 1960, se estendendo até Montreal 1976. Superada as dificuldades financeiras e contando ainda com receitas de oriundas das transmissões televisivas, os Jogos passam a contar com generosos aportes de recursos para a construção não somente de equipamentos esportivos, mas também para infra-estruturas urbanas que viabilizam a mobilidade e a comunicação entre arenas, vilas, hotéis e aeroportos. Tóquio 1964 é citada como a sede que sofreu as maiores transformações urbanas associadas à realização dos Jogos. Moscou 1980 e Los Angeles 1984 fazem parte de uma fase marcada por boicotes em um mundo bipolar que sofria com a guerra fria. O primeiro contou com investimentos mais significativos em novas estruturas, enquanto o segundo se serviu de muitos equipamentos já disponíveis para a realização de um evento com grande aporte de recursos privados.

Intensas transformações urbanas visando a requalificação de áreas foi o que se observou em Seul 1988 e Barcelona 1992. Vultosos investimentos foram aportados na reconstrução de áreas degradadas destas cidades. Em Seul esta requalificação ocorreu à custa de diversas remoções de favelas e contou também com a recuperação de muitos sítios históricos. Considerada por muitos pesquisadores como o caso de maior sucesso no desenvolvimento urbano associado aos Jogos, Barcelona 1992 foi privilegiada por decisões locacionais coerentes com os desafios que enfrentava. Contando com um histórico de planejamento urbano, a cidade catalã se serviu dos Jogos para promover as transformações de forma a fortalecer as potencialidades turísticas e reduzir as fragilidades sociais existentes. É tomada hoje como referência para as intervenções orientadas para a realização de Londres 2012 e Rio 2016. Atlanta 1996 se diferenciou bastante das duas edições anteriores por não ter sido palco de grandes mudanças urbanas, sendo financiada em sua maior parte por capitais privados.

Com grande preocupação ambiental, Sydney 2000 se destacou pela recuperação de uma área degradada (Homebush Bay) pela poluição gerada por décadas de atividade industrial. Com equipamentos esportivos concentrados nesta área da Cidade, a sede australiana, a despeito de seu sucesso ambiental, enfrenta problemas com a manutenção de equipamentos esportivos

subutilizados. Tal problema se repetiria tanto em Atenas 2004 como em Pequim 2008, sendo mais difícil a solução para o primeiro considerando a crise econômica atual. Já Pequim, com suas arenas imponentes, foi palco para a demonstração de força da potência emergente que promoveu grandes transformações urbanas para se apresentar ao mundo.

As próximas edições dos Jogos, Londres 2012 e Rio 2016, se deparam com desafios semelhantes àqueles enfrentados pelas edições anteriores, com destaque para os temas da sustentabilidade e do legado. Realizar o evento com permanente preocupação ambiental desde a construção das instalações até a adoção de soluções de mobilidade com baixo carbono, é o que se observa nos organizadores dos próximos Jogos. Por outro lado, há um intenso debate sobre os usos futuros das arenas esportivas, levando seus planejadores a redimensionar escalas ou até mesmo propor alterações nas decisões locacionais firmadas nos Cadernos de Encargos. Em todo caso, os Jogos Olímpicos pelo menos desde Seul 1988 tem se caracterizado por um conjunto de grandes transformações urbanas associadas à realização do evento. É nesse sentido que cabe tecer, em seguida, algumas considerações acerca dos elementos que caracterizam os grandes projetos urbanos.

2. GRANDES PROJETOS URBANOS

É cada vez mais freqüente a realização de grandes intervenções urbanas com diferentes dimensões e impactos sobre os territórios. Trata-se de um fenômeno que guarda relação com novos ordenamentos associados à globalização e à redefinição de posicionamentos dos gestores urbanos. Ajustes espaciais estão sendo realizados numa velocidade cada vez mais acelerada e com transformações territoriais que promovem novos significados para governos, empresas e cidadãos, especialmente nos países centrais. Novas territorialidades são conformadas a partir do movimento de atores que detêm a hegemonia dos processos decisórios voltados para os investimentos em projetos urbanos. Nesse contexto, os megaeventos esportivos podem ser abordados enquanto grandes projetos urbanos (GPUs) que orientam o ordenamento territorial das cidades sedes.

Para Mario Lungo (2004:17) os GPUs não se limitam apenas às grandes obras emblemáticas, eles são também grandes operações urbanas que muitas vezes se apresentam na forma de programas de intervenção por meio de um conjunto de ações urbanas de nível intermediário, que por sua integração promovem um profundo impacto no desenvolvimento de uma cidade. Contextualizando os GPUs da América Latina, Lungo ressalta a importância dos estudos deste tema tanto por conta dos efeitos do processo de globalização, como pela escassez de pesquisas sobre a temática em tela. O autor em foco exemplifica algumas intervenções urbanas que podem ser tomadas como GPUs: a recuperação de centros históricos; a construção de sistemas de transporte público massivo; a reutilização de antigas zonas industriais, militares, ferroviárias, portuárias; a reabilitação de grandes áreas degradadas de habitação; a construção de novas zonas turísticas ou recreativas.

Lungo (2004:21) afirma que os GPUs se constituem como um elemento essencial para se entender o urbanismo europeu no final do século XX. Tais projetos passam a ser pensados como mediadores entre as exigências espaciais de investimentos econômicos nas grandes metrópoles e sua própria transformação urbana. Ezquiaga (2001 apud Lungo, 2004) propõe uma classificação para os GPUs em 3 gerações, caracterizadas por:

Primeira Geração;

- ⇒ construção de infra-estruturas ou serviços urbanos, nos quais se recupera e amplia o conceito de obra pública;
- ⇒ protagonismo público com intervenção direta do governo central ou municipal;
- ⇒ motores de transformação urbana e recuperação do meio ambiente;
- ⇒ atenção prioritária ao espaço público;

Segunda Geração;

- ⇒ objetos de intervenção diversificados (criação de novas centralidades, melhoramento de áreas pobres etc);
- ⇒ extrapola limites territoriais das intervenções urbanísticas tradicionais chegando inclusive à periferia;
- ⇒ critérios de rentabilidade econômica por meio da incorporação do setor privado na gestão;

Terceira Geração;

- ⇒ concebidos como motores de desenvolvimento do espaço metropolitano;
- ⇒ promoção da recuperação integral dos centros históricos e não só do patrimônio histórico;
- ⇒ contribui na transformação da periferia interna e cria novas centralidades.

Uma grande intervenção urbana não se caracteriza apenas por uma única operação. Ela pode se dar a partir de pequenas ou médias ações concatenadas que são orientadas para a transformação de um determinado recorte espacial urbano. Em certa medida, todo GPU é conformado por diversos eventos de natureza distinta que uma vez ordenados, espacialmente e temporalmente, dão origem a materialidades e representações em uma significativa escala urbana. Lungo e Martim Smolka (2005) abordam a relação entre o valor do solo urbano e os GPUs com ênfase em duas perspectivas:

- ⇒ a de que os GPUs podem estimular transformações urbanas imediatas que são capazes de afetar o valor do solo, e por conseguinte seus usos, em grandes escalas urbanas;
- ⇒ com uma dimensão voltada mais para a regulação, com especial atenção na valorização do preço do solo gerada pela implementação e operação destes projetos, bem como os potenciais recursos para a sustentabilidade e a viabilidade econômica dos mesmos.

O primeiro está mais focado no desenho urbano, ou urbanismo, e suas dimensões físicas, estéticas e simbólicas relacionadas aos projetos urbanos. Já a segunda tem uma preocupação mais centrada na relação entre GPUs e novas funções que algumas áreas da cidade podem vir a ter. Os autores ressaltam que os GPUs não são uma novidade na América Latina considerando que desde o início do século XX foram implantados alguns GPUs nesta região. Com outros significados, os GPUs atuais reorientam os processos urbanos, criam novas identidades num nível simbólico e geram novas áreas econômicas. Smolka e Mullahy (2007:49-50) destacam que a maioria das grandes cidades latino-americanas, e mesmo algumas médias, utilizam enquanto recurso de estratégia competitiva a implementação de GPUs que teriam a capacidade de impulsionar a economia urbana.

O contexto apontado por Lungo e Smolka (2005) perpassa as transformações da globalização, as reformas econômicas, a desregulação e a introdução de novos focos na gestão urbana. Há uma grande complexidade na implantação dos GPUs que pode dar origem a novos movimentos sociais, redefinir oportunidades econômicas, alterar papéis de atores urbanos, alterar as finanças locais e ampliar a arena política. Além disso, algumas dificuldades podem ser destacadas nos GPUs: o seu longo tempo de duração que muitas vezes excede o próprio tempo de mandato do chefe do Poder Executivo local e os próprios limites territoriais da autoridade que está à frente do processo de implantação do projeto.

3. TIPOLOGIA DE ANÁLISE DO URBANISMO OLÍMPICO

Megaeventos esportivos são conformados por inúmeros eventos que se estruturam em diferentes escalas nas quais produzem impactos distintos. Isso significa que tais eventos, encarados como GPUs, devem ser analisados em sua dimensão multiescalar. Retomada a discussão realizada por Souza (2006a) sobre as escalas geográficas, é possível constatar que a organização destes eventos tem atores e efeitos em praticamente todas as escalas. Por exemplo, no caso dos Jogos Pan-americanos do Rio de Janeiro 2007, é possível reconhecer atores e efeitos que vão desde a escala microlocal à escala global; desde a atuação da Prefeitura nos ajustes arquitetônicos dos equipamentos esportivos, até a veiculação de imagens da Cidade do Rio de Janeiro por agências de notícias em multifários países do mundo.

Com o fito de definir as categorias chave para a construção de uma tipologia que oriente a análise dos GEEs, serão realizadas aqui algumas considerações sobre os principais marcos urbanos que caracterizam o ordenamento territorial vigente na implementação de tais eventos. Trata-se mesmo de reconhecer que alguns eventos são ordenados de tal forma a produzirem impactos com intensidades que denotam as intencionalidades dos agentes modeladores do espaço urbano. Sendo assim, foram identificadas como categorias chave destes impactos territoriais para a análise dos GEEs enquanto GPUs: as vilas dos atletas e de mídia, as estruturas de transporte, os reassentamentos de famílias e os equipamentos esportivos. Tais categorias são também discutidas em livro de minha autoria publicado pelo Ministério do Esporte (Raeder, 2010).

Para viabilizar a representação dos resultados das análises dos GEEs de maneira simplificada, foram estruturados quadros com variáveis socioespaciais numa perspectiva que considera a dimensão da desigualdade da distribuição dos recursos. Foi tomada como preocupação central na montagem deste esquema, a identificação de variações nos impactos promovidos nas cidades por diferentes GEEs. Trata-se de um recurso analítico que apresenta algum grau de simplificação considerando que as categorias podem ter um comportamento mais complexo do que aqueles definidos pelas variáveis escolhidas. Este grau de simplificação, no entanto, não é grande o suficiente para comprometer o recurso, que deve ser acompanhado de um detalhamento das categorias em estudo, a fim de ressaltar as especificidades de cada GEE enquadrado. Cabe ainda considerar que este quadro refere-se não só aos impactos dos GEEs, como inevitavelmente também remete aos legados dos Jogos. Desta forma, algumas análises realizadas nesta seção que trata eminentemente dos impactos, também abordarão aspectos dos legados quando for cabível tal colocação.

A variável da localização foi considerada central em todas as categorias. Deste modo, em todas elas busca-se identificar se a localização das intervenções se dá em uma área de expansão ou de consolidação da cidade. A importância desta distinção reside no reconhecimento das estratégias urbanas adotadas pelos agentes decisores na produção do espaço urbano. A intervenção numa área de consolidação indica uma aposta no aproveitamento de estruturas urbanas existentes, que poderão ser utilizadas como externalidades positivas no GEE. Tais externalidades dizem respeito principalmente às facilidades de acesso que se pode ter numa área consolidada, todavia ela pode ter outros significados dependendo da categoria em análise. Por outro lado, a aposta de intervenção numa área de expansão pode indicar a preocupação dos atores no ordenamento do crescimento da cidade para a sua periferia. É importante ressaltar que cada cidade apresenta particularidades que vão determinar se a melhor intervenção poderia se dar em uma área consolidada ou em expansão. Isto significa dizer que uma localização não é melhor ou pior do que a outra pelo simples fato de ocorrer numa área consolidada ou em expansão; é preciso contextualizar cada sede do GEE para se ter uma caracterização mais esclarecedora.

Quanto a este aspecto da localização, Vargas e Castilho (2006:2) asseveram que a ocorrência de um processo de intensificação de áreas urbanas com o surgimento de uma rede de subcentros, que passaram a concorrer com o centro principal, foi o responsável pela aceleração da deterioração de centros urbanos. Tal processo se tornou alvo de preocupação na Europa e na América do Norte desde a década de 1950, enquanto que no Brasil o debate se tornou mais intenso nos anos 1980. As autoras afirmam ainda (p. 3) que os conceitos de deterioração e degradação urbana “estão freqüentemente associados à perda de sua função, ao dano ou à ruína das estruturas físicas, ou ao rebaixamento do nível do valor das transações econômicas de um determinado lugar”. Recuperar áreas consolidadas da cidade pode ser uma forma dos gestores urbanos buscarem novos marcos distintivos, que conferem vantagens competitivas para as cidades que auferem rendas monopolistas a partir dos capitais simbólicos coletivos produzidos em suas cidades. É neste sentido que as decisões locacionais dos atores hegemônicos nos GEEs podem ser orientadas para a produção de novas imagens urbanas.

Considerando as limitações que o formato deste artigo impõe, serão discutidas brevemente a seguir cada uma das quatro categorias propostas e ao final destas considerações será apresentado o quadro analítico da tipologia. Tal quadro consolida as categorias propostas em um recurso que permite o enquadramento de GEEs segundo suas características fundamentais no urbanismo olímpico.

Em relação à primeira das quatro categorias propostas nesta tipologia, a vila dos atletas e de mídia, é necessário destacar que em relação à localização uma vila pode ser instalada em um dado ponto da cidade, ou metrópole, de tal sorte que possa orientar o crescimento urbano, promover a recuperação de uma área degradada, produzir efeitos nos preços da terra, consolidar a ocupação de um perímetro etc. Os efeitos dessas localizações podem ser melhor analisados quando reconhecidas as características das áreas privilegiadas pelas intervenções. Desta forma, a tipologia em tela é orientada para o reconhecimento da área em questão como situada em um perímetro de ocupação consolidada da cidade sede ou em uma área de expansão urbana. Quanto à classe social beneficiada, as vilas podem ser utilizadas para reduzir déficits habitacionais atendendo desta maneira a camadas mais pobres da população ou podem ser vendidas para os estratos médios que se apresentem como demanda solvente. Esta segunda

opção pode ter como argumento a recuperação de parte dos investimentos realizados, ainda que se apresente como inadequada para a resolução de desigualdades de acesso à moradia. Tanto uma dimensão quanto outra devem ser reconhecidas em cada uma das cidades sedes do GEE a partir de variáveis que qualifiquem as especificidades socioespaciais em estudo.

Privilegiou-se na segunda categoria, a dos transportes públicos, a dimensão espacial do fenômeno, uma vez que além das variáveis referentes à localização (em área de expansão ou de consolidação), foram tomadas diferentes escalas locais como referência para a montagem do quadro. A escolha de variáveis eminentemente espaciais para o enquadramento das intervenções na área de transporte se deve em parte ao fato de ser muito difícil definir os limites exatos dos benefícios gerados para uma classe social ou outra. De certa forma, entende-se que melhorias nos sistemas de transporte podem beneficiar a cidade como um todo, sendo os benefícios proporcionais à ampliação das possibilidades de mobilidade espacial que são geradas pelas intervenções. Sendo assim, como já foi afirmado anteriormente, alterações que têm impactos apenas na escala microlocal podem ser tomadas como menos satisfatórias do que aquelas que atingem uma escala macrolocal, podendo então beneficiar cidadãos de toda uma região metropolitana.

Para proceder a execução de algumas intervenções podem ser exigidos deslocamentos de algumas famílias de seus lugares de moradia. A decisão de modificar os usos de uma dada área tem sido tomada a partir da condição de regularização fundiária dos proprietários. São então os alvos privilegiados destas intervenções os assentamentos urbanos irregulares ocupados em sua grande maioria pelas parcelas menos abastadas da sociedade. A fragilidade legal dos pobres urbanos pode se apresentar como uma perversa oportunidade para os agentes modeladores do espaço urbano desencadear um processo de gentrificação. Tal processo pode tomar contornos mais drásticos quando são violados direitos fundamentais dos moradores, o que ocorre quando, por exemplo, há pouca preocupação com o destino das famílias que devem ser deslocadas. Observa-se ainda, em alguns casos, que gestores podem se servir da legitimidade do GEE para realizar o deslocamento de inúmeras famílias por questões meramente estéticas que guardam relação apenas com a dimensão simbólica da veiculação de uma imagem de cidade “limpa” e pronta para ser consumida - preferencialmente por aqueles que tiverem maior capacidade aquisitiva. Importa nesta categoria, sobretudo, identificar se as famílias deslocadas têm os seus direitos reconhecidos de fato e, além disso, se as remoções ocorreram em áreas de consolidação ou de expansão urbana.

Quando as intervenções urbanas realizadas para o GEE convergem para uma determinada área da cidade, torna-se difícil reconhecer os limites exatos dos impactos decorrentes da instalação dos novos equipamentos esportivos. Tais impactos podem se referir a todo o conjunto de eventos que se materializou num Parque Olímpico e que remetem não só aos equipamentos, mas também às estruturas de transporte e à vila olímpica. Nesta perspectiva, o impacto destes equipamentos se confundiria com o próprio impacto do GEE sobre a cidade sede a partir da estruturação dele enquanto um GPU, que pode ser implantado para a recuperação de uma área degradada, para a criação de uma nova centralidade etc. Reconhecendo-se aqui a limitação desta tipologia proposta, se optou por repetir a dimensão social apontada na vila dos atletas: a classe social beneficiada, com as variáveis de classes baixa ou média/alta. Trata-se de uma simplificação ainda maior do que aquela encontrada na categoria vila dos atletas, pois nesta se definiu o impacto a partir do uso posterior planejado para as habitações, que é bastante

evidente quando observado se uma classe social ou outra foi beneficiada diretamente com a ocupação dos imóveis. No caso dos equipamentos esportivos, a tipologia incorpora também a dimensão do legado, verificando-se em que medida uma classe ou outra se serviu das instalações montadas.

Uma vez definidas as categorias de análise, é possível então enquadrar os diversos eventos esportivos, com impactos significativos no território, no quadro a seguir. Neste quadro se observa, por exemplo, que a instalação da vila olímpica dos Jogos Olímpicos de Atenas 2004 foi instalada em uma área consolidada da Cidade, beneficiando setores de menos abastados da sociedade. Já em relação às estruturas de transporte, os Jogos de Seul 1988 tiveram grande destaque na ampliação de meios que facilitam a mobilidade urbana em uma escala metropolitana. Por outro lado, as grandes intervenções realizadas em Seul 1988 ocorreram à custa de remoções de favelas sem a devida observância dos direitos destes cidadãos. Em relação aos equipamentos esportivos, para os Jogos Pan-Americanos Rio 2007 foram promovidas intervenções tanto na Barra da Tijuca, área de expansão dos setores de classe média e alta da Cidade, como no Engenho Novo, área consolidada de setores mais populares, com a construção de um novo estádio de atletismo e futebol.

Quadro 1 – Tipologia de análise do urbanismo olímpico

Vilas Olímpicas			Reassentamento de Famílias		
Classe beneficiada	Localizada em área de		Direito à moradia	Localizada em área de	
	consolidação	expansão		consolidação	expansão
média/alta	Barcelona 1992	Santo Domingo 2003, Rio 2016	respeitado	Sydney 2000	
baixa	Atenas 2004, Londres 2012	México 1968, Moscou 1980	não respeitado	Atenas 2004, Pequim 2008	Seul 1988, Rio 2007
não realizada	Los Angeles 1984, Atlanta 1996, Winnipeg 1999		não realizado	Los Angeles 1984, Santo Domingo 2003	

Estruturas de Transporte			Equipamentos Esportivos		
Escala de impacto	Localizada em área de		Classe beneficiada	Localizada em área de	
	consolidação	expansão		consolidação	expansão
microlocal	Atlanta 1996	Rio 2007	média/alta	Barcelona 1992	Seul 1988, Rio 2007
mesolocal	Barcelona 1992, Atenas 2004	Munique 1972	baixa	Barcelona 1992, Rio 2007, Londres 2012	
macrolocal	Pequim 2008, Vancouver 2010	Seul 1988, Santo Domingo 2003	com exíguas novas arenas	Los Angeles 1984, Atlanta 1996	

A tipologia aqui proposta visa reconhecer os fundamentos socioespaciais do planejamento urbano promovido em megaeventos esportivos considerando estes como grandes projetos urbanos. Trata-se de um quadro referencial que auxilia a compreensão dos principais impactos urbanos decorrentes da realização de um megaevento esportivo. Vale ressaltar que em se tratando de um quadro sintético, uma abordagem mais aprofundada sobre cada evento é mais do que necessária para a compreensão adequada das especificidades que se apresentam em

cada edição dos Jogos. Busca-se com a tipologia esboçar um quadro comparativo que permita o reconhecimento das estratégias adotadas pelos gestores urbanos responsáveis pela promoção do evento. Considerando a necessidade de desvelar esta complexidade que permeia a implementação de um megaevento, faz-se necessário tecer algumas considerações complementares sobre as fases deste processo, o que será explorado no tópico a seguir.

4. FASES DE IMPLEMENTAÇÃO DO MEGAEVENTO ESPORTIVO

Como recurso ilustrativo das fases de implementação dos Jogos, foi esboçado o diagrama abaixo. Cada um dos estágios representados (candidatura, preparação, jogos e legados) tem especificidades que merecem ser detalhadas com o fito de aprofundar a compreensão sobre o objeto empírico em análise.

Na primeira fase, a da candidatura, há muitas expectativas sobre as intervenções que serão realizadas na Cidade. Muitas vezes estas expectativas ofuscam o planejamento das transformações urbanas que é consolidado nos Cadernos de Encargos. Estes Cadernos funcionam como contratos com as organizações responsáveis pelos Jogos (FIFA, COI, ODEPA etc) que registram as decisões locacionais delineadas por grupos seletos. A oficialização das candidaturas ocorre em períodos entre 2 e 4 anos, todavia já se observa anúncios na imprensa de candidaturas para os Jogos Olímpicos de Verão de 2020 e, até mesmo, para os de Inverno em 2022.



Figura 1 – Fases de implementação dos megaeventos esportivos

Quanto à etapa da preparação, esta compreende o período entre a escolha da cidade que sediará os Jogos, pelo Comitê responsável, e o início das atividades esportivas do evento. O período desta fase varia entre 5 e 7 anos que antecedem o megaevento, podendo ser um tempo menos extenso para eventos para eventos com níveis de complexidade inferiores. É nessa etapa que as intervenções necessárias para a realização do evento ocorre, com obras de reforma ou construção de arenas esportivas, vilas de atletas e de mídia, bem como de estruturas de transporte.

A fase dos Jogos é a mais efêmera de todas, contudo é em razão dela que todas as outras existem. Trata-se da fase realização do megaevento propriamente dito com as competições esportivas ocorrendo nas arenas preparadas na fase anterior. Com duração que pode variar entre 15 e 60 dias, esta etapa é caracterizada por uma visibilidade intensa da cidade sede dos Jogos. Essa etapa marca data limite para que todas as intervenções planejadas e executadas estejam finalizadas, essa é uma característica que distingue as políticas públicas realizadas em função dos megaeventos das demais.

Muito anunciada pelos organizadores dos Jogos com o intuito de legitimá-los junto aos cidadãos, a fase dos legados tem duração indefinida. Todo o conjunto de intervenções permanentes realizadas em função dos Jogos é, após o término destes, apropriada de diferentes maneiras pelos cidadãos. Como legados mais significativos para a Cidade se destacam as estruturas de transporte, dentre as quais se exemplifica: a ampliação de aeroportos, construção de novas vias, ampliação da rede metroviária. Novos usos e processos são inaugurados nas arenas e vilas implantadas na malha urbana.

Em cada uma das fases assinaladas há relações espaciais específicas comandadas pelas autoridades responsáveis pela implementação dos megaeventos. Com o fito de reconhecer estas especificidades se propõem uma tipificação, a saber: (1) práticas espaciais na fase de preparação; (2) eventos espaciais na etapa dos Jogos; (3) processos espaciais nos legados. A caracterização destas relações espaciais é o desdobramento da linha de pesquisa apresentada aqui e que deverá ser exposta em outra oportunidade.

5. CONCLUSÃO

Buscou-se com este artigo demonstrar que a oportunidade de sediar megaeventos esportivos pode representar a promoção de transformações urbanas significativas. Tais eventos se apresentam com frequência cada vez maior enquanto grandes projetos de desenvolvimento urbano. É possível reconhecer nos discursos dos planejadores urbanos dos Jogos Olímpicos de Vancouver 2010, Londres 2012 e Rio 2016 a preocupação com a geração de legados duradouros para as cidades sedes. Tais legados se materializam a partir de intervenções urbanas planejadas na perspectiva de superar os desafios postos para cada uma das cidades. É neste sentido que se pode afirmar que os Jogos devem estar a serviço das cidades sedes, sendo a realização destes uma oportunidade de mobilizar vultosos recursos que poderão beneficiar amplamente os cidadãos. Constata-se que esta oportunidade de ouro foi aproveitada em sedes que, anteriormente à própria candidatura aos Jogos, detinham um claro plano sobre as necessidades de transformação de seus tecidos urbanos. É este o fenômeno que se verifica na edição de maior sucesso na ótica do urbanismo olímpico: Barcelona 1992. Os gestores da próxima edição dos Jogos, Londres 2012, parecem estar movidos por este mesmo espírito.

Além disso, cabe destacar que dentre as demais preocupações com a organização dos Jogos, ganha relevo o dimensionamento das arenas olímpicas para os usos posteriores ao megaevento. Neste caso se busca evitar a criação de “elefantes brancos” com dimensões monumentais e custos de manutenção astronômicos. Trata-se de um aprendizado que os organizadores de Londres 2012 tiveram a partir da observação de edições pretéritas como Pequim 2008, Atenas 2004 e, até mesmo, Montreal 1976. A vitoriosa candidatura do Rio 2016 foi seguida por intensos diálogos dos organizadores cariocas com os gestores de Barcelona 1992 e Londres 2012. É expectativa dos cariocas que esses diálogos supram as dificuldades oriundas da ausência de planos urbanos claros, orientando as decisões locais das intervenções para a superação dos desafios da “Cidade Maravilhosa”.

6. REFERÊNCIAS

- Andranovich, G.; Burbank, M.; Heying, C. (2001) Olympic cities: lessons learned from mega-events politics. **Journal of Urban Affairs**: v. 23, n. 2, p. 113-131.
- Limonad, E. (2005) Estranhos no Paraíso de Barcelona. Impressões de uma geógrafa e arquiteta brasileira residente em Barcelona. **Biblio 3W**, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, v. 10, n. 610, 25 de octubre de 2005.
- Gold, J. e Gold, M. (2007) **Olympic cities**: city agendas, planning, and the world's games, 1986-2012, Routledge, New York.
- Lungo, M. (2004) Grandes proyectos urbanos: una visión general. In: Lungo, M. (org.). **Grandes proyectos urbanos**. San Salvador: UCA Editores, 2004.
- Lungo, M.; Smolka, M. (2005) Land Value and Large Urban Projects: The Latin American Experience. In: **Land Lines**. v. 17, n. 1, January 2005.
- Mascarenhas, G. (2005) Para muito além do esporte: o urbanismo olímpico e seu legado social. In: **Pan-americano de 2007**: grande negócio para quem? Rio de Janeiro: Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul. (Série Globalização e Solidariedade, 4), p. 20-35.
- Muñoz, F. (2006) Olympic urbanism and Olympic Villages: planning strategies in Olympic host cities, London 1908 to London 2012. In: **The Sociological Review**. v. 54, December 2006. p. 175-187.
- Raeder, S. (2010) Jogos e cidades: ordenamento territorial urbano em sedes de megaeventos esportivos. Brasília: Ministério do Esporte, 2010.
- Smolka, M.; Mullahy, L. (2007) Una década de cambios: retrospectiva del Programa para América Latina y el Caribe. In: SMOLKA, Martín; MULLAHY, Laura. (org.) **Perspectivas urbanas**: temas críticos em políticas del suelo em América Latina. Cambridge: Lincoln Institute of Land Policy.
- Vargas, H.; Castilho, A. (2006) Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados. In: VARGAS, Heliana; CASTILHO, Ana (orgs.). **Intervenções em centros urbanos**: objetivos, estratégias e resultados. Barueri/SP: Manole.